Recomendações ao setor elétrico:

TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL CONTRA A COVID-19

Os efeitos da crise econômica provocada pela covid-19 no setor elétrico serão pagos por nós consumidores, grandes e pequenos. O modo como o governo federal, o Congresso Nacional e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) reagirão a esta crise poderá tanto sedimentar as bases para um setor elétrico resiliente e sustentável como, ao contrário, aprofundar ainda mais seus problemas estruturais. Nesse contexto, e adotando os princípios de justiça social, eficiência energética e inovação tecnológica, além da modicidade tarifária, diálogo e transparência elencados pela ANEEL[1], gostaríamos de propor as seguintes recomendações:

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

ANACE

CBCS Conselho Brasileiro de Construção Sustentável

clima info

iCS instituto CLIMA e SOCIEDADE

transição energética

GREENPEACE

idec Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

iei international energy initiative brasil

iema Instituto de Energia e Meio Ambiente

Instituto Escolhas

MITSIDI PROJETOS

WWF

[1] Na Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL, que avaliou os efeitos iniciais da Pandemia do covid-19, foram indicados alguns princípios para orientar as soluções: evidências, mitigação de riscos jurídicos, estabilidade regulatória, segurança jurídica, modicidade tarifária, autocomposição, celeridade, esforço conjunto, diálogo e transparência.

1 DAR TOTAL TRANSPARÊNCIA AO MONTANTE E ÀS FONTES DE RECURSOS A SEREM ALOCADOS NO SOCORRO ÀS DISTRIBUIDORAS

É necessário que todos os consumidores de energia possam ter acesso, de maneira fácil e transparente, às informações sobre o Decreto 10.350, de 18 de maio de 2020 e do Gabinete de Monitoramento da Situação Elétrica (GMSE) da ANEEL, e demais medidas relativas ao tema, tendo pleno conhecimento de como estão contribuindo para a cobertura de tais custos.

2 REAVALIAR OS SUBSÍDIOS E OS ENCARGOS SETORIAIS APLICADOS AO SETOR

Um dos maiores problemas do setor elétrico diz respeito à sobreposição de subsídios e encargos setoriais que oneram a conta paga pelo consumidor final. É preciso, em nome da competitividade, da modicidade tarifária e da justiça social, avaliar seus impactos baseados em evidência e discutir os itens que compõem os custos da energia, buscando alternativas para reduzi-los ou eliminá-los.

3 PRIORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE DESCOMISSIONAMENTO DA CAPACIDADE EXCEDENTE FÓSSIL

Diante da perspectiva de manutenção da condição de sobreoferta de energia por pelo menos quatro anos, a prioridade do planejamento energético deve ser a valorização das fontes renováveis mais sustentáveis e a retirada do sistema de usinas ineficientes, mais poluidoras e caras. Isso se aplica em particular ao parque térmico a carvão e óleo, conforme já sinalizado pela própria Empresa de Pesquisa Energética no PDE 2029. Essa medida deve anteceder a realização de leilões de energia nova.

4 REESTRUTURAR OS PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE), PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROCEL, ORIENTANDO-OS EM FAVOR DA RECUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICA POR MEIO DA OTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA E PRODUTIVA

Os recursos desses programas devem ser parte de um **pacote de apoio à recuperação socioeconômica do país**, que priorize não só o potencial de economia de energia, reduzindo os custos de produção e os gastos públicos, como também a valorização de uma matriz energética mais limpa. Devem também priorizar as ações e setores que gerem mais empregos e o aumento de produtividade do próprio setor elétrico. Para tanto, é preciso **garantir** os recursos futuros desses programas conforme determina a Lei nº 9.991/2000, e um apropriado monitoramento e avaliação (M&A) baseados em evidências.

5 DAR AGILIDADE À MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO, TENDO COMO PRIMEIRO PASSO O PROJETO DE LEI DO SENADO 232/2016

A construção de resiliência no setor elétrico depende da aprovação do PLS 232/2016 na medida em que o projeto condensa medidas cruciais para modernização do setor e busca equacionar vários de seus problemas estruturais. A nova lei não resolveria a crise atual, mas certamente a atenuaria de maneira importante, inclusive por proporcionar maior eficiência na alocação de custos e riscos para que não recaia mais uma vez na conta dos consumidores e contribuintes.

6 ALAVANCAR O COMPROMISSO DO SETOR ELÉTRICO COM A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO E A JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

A atual crise reforça a importância de que os problemas do desequilíbrio do clima sejam tratados pelas autoridades de maneira consistente. A modernização setorial, os investimentos em eficiência energética e inovação tecnológica devem ser impulsionadores para o caminho de uma sociedade de baixo carbono. Sendo assim, devem estar fundamentados na garantia e na valorização da justiça e das condicionantes socioambientais, bem como da preservação dos recursos naturais.